



II CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

MODALIDADE ORAL E ESCRITA NA PERSPECTIVA DO USO E O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA.

Patrícia Wanderley Nunes;

Universidade Estadual da Paraíba – E-mail: patriciawander123@gmail.com;

Gessica Maiara de Oliveira Silva;

Universidade Estadual da Paraíba – E-mail: gessicamaiara07@hotmail.com;

Joana Dark de Lima;

Universidade Estadual da Paraíba – E-mail: joanadarkl@hotmail.com;

Sinthya Fernanda Diniz Araújo;

Universidade Estadual da Paraíba – E-mail: sinthyafernanda@gmail.com;

M.S. Maria Aparecida Calado de Oliveira Dantas.

Universidade Estadual da Paraíba – E-mail: ap.calado@hotmail.com.

RESUMO: O homem é um ser de tradição oral, mas por questões ideológicas essa variante se consolidou como inferior em relação à escrita. Em decorrência, o ensino de Língua Portuguesa, por décadas, condicionou as atividades de produções textuais fora do contexto real de uso da língua, estigmatizando a fala ao campo da informalidade e do “erro”, enquanto a escrita correta e formal. Diante da premissa, nos aportamos na teoria sociolinguística para demonstrar que a língua falada e escrita compõe um só sistema linguístico, não devendo ser compreendida a partir de oposições e dicotomias, mas como sistema de relações interativas dentro de um *continuum* de variações presentes nas práticas sociais, esse pensamento abre espaço para o ensino produtivo da língua que tem como produto final o desenvolvimento da competência comunicativa do discente. A presente análise deu-se por meio de pesquisa bibliográfica, fundamentamo-nos em teóricos que abordam aspectos dessa temática, entre eles, Marcuschi (2001), Antunes (2003), Castilho (1998), Fávero, Andrade e Aquino (2012), entre outras referências básicas nesta discussão.

Palavras chave: Oralidade. Escrita. Ensino. Competência Comunicativa.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho objetiva refletir sobre questões que são pertinentes em relação ao tratamento conferido a fala e a escrita ante a sociedade. Algumas pessoas ao se reportarem sobre modalidade oral e escrita, logo, as caracterizam como dois sistemas incompatíveis descartando suas intrínsecas relações.

A análise teve o intuito de enfatizar a importância de compreender a inter-relação entre língua oral e escrita em nossas práticas sociais diárias, considerando que a interação entre falantes



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

de uma língua demanda desempenho linguístico diversificado na variante oral e/ou escrita. Nessa perspectiva, conferimos que a língua falada e escrita possuem suas singularidades, mas não suficientes para distingui-las como modalidades dicotômicas.

Defendemos a ideia que cabe a escola o papel de desenvolver as competências comunicativas dos seus alunos, constituindo sujeitos para os desafios da vida em sociedade, nesse processo de ensino-aprendizagem a fala e a escrita devem ser concebidas com o mesmo valor, ao dar à modalidade oral a devida importância para o ensino de Língua Portuguesa.

Nesse sentido, não é interessante adotar conceitos estigmatizados como, certo/errado; formal/informal, uma vez que fundamentamos nossa análise no ponto de vista interacionista da língua que se concretiza em seu uso efetivo através dos gêneros textuais presentes nas práticas sociais diárias.

Diante dessa pesquisa bibliográfica, buscamos autores que abordam aspectos dessa temática, entre eles Marcuschi (2001) e Antunes (2003), Castilho (1998), Fávero, Andrade e Aquino (2012), PCNs (1998) entre outros, referências pertinentes para esta discussão. Os estudiosos debruçaram neste tema para comprovar que a língua é heterogênea, variável, mutável e que não se encerra em formas e regras, pois a fala e a escrita se dão dentro de um *continuum* de variações.

METODOLOGIA

A pesquisa bibliográfica desenvolveu-se a luz das teorias de autores como, Marcuschi (2001) e Antunes (2003), Castilho (1998), Fávero, Andrade e Aquino (2012), PCNs (1998) entre outros. Toda e qualquer pesquisa se utiliza de métodos ou técnicas para chegar à solução de indagações ou problemas de âmbito social, contribuindo para a construção de novos conhecimentos. Assim, a presente pesquisa teve como objetivo principal tecer considerações sobre questões que são pertinentes ao tratamento conferido à modalidade oral e escrita diante dos conceitos preestabelecidos pela sociedade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Oralidade e escrita



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

A cronologia comprova que a oralidade foi o primeiro sistema a ser utilizado pelos homens para interagir com o meio e com os outros, enquanto a escrita foi, tardiamente, difundida na humanidade. Dados históricos apontam que foram os Sumérios, povos da Mesopotâmia, os responsáveis por instituir a escrita cuneiforme, considerada a forma mais antiga. Assim relatam Mota & Braick.

Os Sumérios criaram a mais antiga forma de escrita, designada como escrita cuneiforme por ser composta de caracteres em forma de cunha, gravados com um estilete em argila mole, que era depois secada e endurecida ao sol ou em um forno para ganhar resistência. [...] permitindo o conhecimento da rica literatura mesopotâmica, que incluía textos religiosos, mitológicos, históricos, fábulas provérbios e códigos de leis. (MOTA; BRAICK, 2005, p.51).

Esses relatos norteiam na direção de como incidiu a língua escrita entre os povos, todavia, é incontestável que a oralidade possua primazia em relação à grafia no percurso evolutivo da humanidade. Entretanto, essa afirmativa só se constitui como verdadeira do ponto de vista cronológico, pois, quando se trata de prestígio a escrita se mantém suprema sob a ótica social. Deste modo, Marcuschi (2000), ressalta que “Cronologicamente, a fala tem grande precedência sobre a escrita, mas do ponto de vista do ‘prestígio social’, a escrita é vista como mais prestigiosa que a fala. Não se trata, porém, de algum critério intrínseco nem parâmetros linguísticos e sim de uma postura ideológica”. (MARCUSCHI, *apud* ELIAS, 2011, p. 30)

Decerto, a partir da criação desse advento que foi a escrita houve uma revolução na forma de agir e pensar do homem. Sinônimo de poder e prestígio social, a escrita passou a ser vista com um grau maior de importância relativamente à fala. Este valor social que foi atribuído à escrita no decorrer da história, decorre de uma posição ideológica que as classes dominantes conferiram a essa modalidade, visando à manutenção do poder sobre outros grupos sociais, principalmente, aqueles que dispõem de pouca e/ou nenhuma instrução escolar. Nesta perspectiva, a expressão oral se constituiu como inferior no meio dos que detém a prática da escrita.

Contudo, toda atividade discursiva do homem dá-se hora no contexto da fala, hora no da escrita, mas não precisamos refletir para nos darmos conta que ao interagirmos diariamente, os textos orais se fazem mais presentes que os escritos, isso por uma questão óbvia o homem é um ser,



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

naturalmente, de tradição oral. Conforme afirma Marcuschi (2001, p.17) “o homem é um ser que fala e não um ser que escreve”.

Essa assertiva condiz com nossas ações diárias como, por exemplo: desejar um bom dia, falar ao telefone com um amigo, relatar fatos ocorridos, pedir uma informação a alguém, cantar, entre outros. Toda essa discussão em torno das atividades orais não se trata de uma tentativa de colocar a fala em um patamar superior à escrita, mas, principalmente, entender que escrevemos menos e falamos mais. Não teria como ser diferente, uma vez que a troca de informações, permanentemente através da escrita seria inviável.

A oralidade e a escrita não devem ser compreendidas como dicotômicas pelo fato de contemplar um único sistema linguístico, isso não significa também que a fala deva ser uma cópia fiel da escrita e vice-versa, pois são modalidades de uso da língua com características singulares presentes nas práticas sociais. Neste sentido, Marcuschi (2001, p. 17) declara que “Oralidade e escrita são práticas de usos da língua com características próprias, mas não suficientemente opostas para caracterizar dois sistemas linguísticos nem uma dicotomia”.

Não importa a classificação da fala e da escrita de forma separada, como também, qual entre as manifestações seria a mais relevante nos dias atuais, pois ambos os sistemas se completam através das práticas sociais em que esteja envolvido o uso da língua, permitindo aos seus usuários constituir textos com coerência e coesão efetivando a interação no contexto de uso de cada indivíduo, que a depender, pode dá-se de maneira formal ou informal.

A oralidade se cerca de características que podemos apreendê-las como naturais dos seres humanos, há a interação face a face entre os interlocutores a qual possibilita a “correção” imediata de alguma mensagem não compreendida, os gestos e também as expressões faciais podem nos auxiliar, assim, como o tom de voz, as interrupções, repetições, hesitações na fala, entre outras. Assim, Fávero, Andrade e Aquino depreendem que

Para participar de atividades dessa natureza, são precisos conhecimentos e habilidades que vão além da competência gramatical, necessária para decodificar mensagens isoladas, pois que as atividades conversacionais têm propriedades dialógicas que diferem das propriedades dos enunciados ou dos textos escritos. (FÁVERO; ANDRADE; AQUINO, 2012, p. 23).



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

No ato da fala, locutores e interlocutores participam e adequam seu discurso ao contexto situacional de forma planejada ou não, exigindo dos participantes habilidades interpretativas e conhecimentos socioculturais, por isso, não se restringe a decodificação de palavras, sendo assim, uma atividade de interação espontânea entendida como recursos linguísticos essenciais e, não mais como defeitos e/ou “erros” gramaticais.

As características que são inerentes aos textos orais não são próprias das produções escritas. A princípio, esta é adquirida em ambientes formais como as instituições escolares, os textos escritos são constituídos a partir de regras gramaticais, vocabulário rebuscado, formato adequado para cada gênero, além disso, o escritor tem a possibilidade de planejar o que irá escrever e escolher seu público alvo, antecipadamente, há a interação entre escritor e leitor, porém de forma indireta, pois se dá à distância cabendo a este inferir seus julgamentos de valores. Segundo Antunes

A escrita corresponde a uma outra modalidade de interação verbal: a modalidade em que a **recepção é aliada**, uma vez que os sujeitos atuantes não ocupam, ao mesmo tempo, o mesmo espaço. Além disso, há um lapso de tempo, maior ou menor, entre o ato de elaboração do texto pelo autor e o ato de sua leitura pelo leitor. (ANTUNES, 2003, p. 51).

Como visto, a aquisição do texto escrito dá-se na escola por isso, o reconhecimento prestigioso da variação; padronizado e estruturado, em sua maioria, de acordo com as exigências das normas gramaticais, sua interação não se dá em tempo real, já que os participantes não interagem simultaneamente. Deste modo, destacamos algumas singularidades entre fala e escrita com o intuito principal de demonstrar que essas “diferenças” revogam-se mediante nossa interação diária quando utilizamo-nos dos gêneros textuais, fenômeno que não advém de maneira estanque, pois a língua se fundamenta a partir de seu contexto de uso. Assim, devemos considerar que o ato de fala pode dá-se de maneira formal ou não, ocorrendo o mesmo processo com a escrita.

Conforme observa Marcuschi, (2001, p.38) “As diferenças entre fala e escrita se dão dentro de um *continuum* tipológico das práticas sociais de produção textual e não na relação dicotômica de dois pólos opostos”. A análise da fala e da escrita centrada na visão do código linguístico é negar suas relações de uso. A concepção do *continuum* tipológico apresentada por Marcuschi proporciona o esclarecimento que, as características pertencentes a variante oral podem ser encontradas em



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

alguns gêneros escritos, enquanto as marcas que constituem os textos escritos podem ser transpostas para a modalidade oral.

Se compararmos uma conferência universitária com um artigo acadêmico iremos, de imediato, perceber suas semelhanças no que confere o grau de formalidade, o mesmo não ocorre se compararmos este artigo acadêmico com um bilhete, apesar de serem dois gêneros escritos. Além disso, a tecnologia proporciona em tempo real a linguagem mista através das salas de bate-papos virtuais, conhecida pelos internautas como “internetês” dialeto o qual concorrem aspectos fonológicos e gráficos.

Em vista disso, a fala e a escrita se concretizam como variantes heterogêneas e dependentes quando observamos o funcionamento da língua e suas reais produções, ou seja, estamos a todo tempo expostos a situações interativas que mesclam atividades orais e escritas, formais e informais as quais não competem o conceito de dicotomia, classificação que perde força à medida que são comprovadas suas inter-relações através dos estudos sociolinguísticos contemporâneos.

Oralidade, escrita e ensino.

O ensino, por muitas décadas, direcionou as aulas de Língua Portuguesa na perspectiva prescritiva da gramática normativa a qual cultua a supervalorização da escrita entre as demais variações da língua. Toda e qualquer produção textual que se desvia da norma padrão é entendida como “erro” devendo ser evitada pelas instituições escolares.

O estudo da língua nesse sentido não abre espaço para ensino produtivo este, que se aporta em uma metodologia voltada para o pleno desenvolvimento da competência comunicativa do aluno. Torna-se interessante e, devendo ser o papel fundamental de toda escola adotar o ensino produtivo por privilegiar o uso da língua e sua diversidade discursiva a partir dos trabalhos com os gêneros textuais orais e escritos presentes nas práticas sociais. Assim, de acordo com Crescitelli & Reis.

O ensino que se pretende ser desse modo deve conceber a fala como meio de respeitar a integridade da língua, já que esta se constitui pela oralidade e pela escrita e, portanto, é necessário dedicar ao ensino da oralidade o mesmo tratamento que é dado ao da escrita. (CRESCITELLI ; REIS *apud* ELIAS, 2011 p. 29).



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

A escola, ao conceber o ensino sob esta ótica, torna-se mais eficiente, pois reconhece a importância da fala como ponto de partida para o aprimoramento e aquisição da escrita. Constituir sujeitos com capacidades comunicativas essenciais para a vida em sociedade compete utilizar-se da língua nas duas modalidades de maneira que uma auxilie a outra na condução das atividades desenvolvidas nas aulas de Língua Portuguesa, enfatizando que, para este processo de ensino-aprendizagem, é vital entender que ambas as variantes merecem o mesmo tratamento no quesito aprendido.

Antes de adentrarmos a escola, somos possuidores da língua materna capacidade que é inata ao homem e, decerto, a nossa comunicação diária dá-se de forma efetiva mesmo sem o conhecimento da língua padrão. Por esse motivo, muitos, erroneamente, acreditam que a escola é o espaço para aprender a ler e escrever, vista, a leitura, como uma oralização da escrita formal e que o aprimoramento da fala, dentre as variadas situações, não influi nessas capacidades.

Entretanto, o ensino pautado na ideia que cabe à escola a função de trabalhar apenas a escrita baseada na norma culta e devendo a fala, por pertencer à modalidade oral, ser apreendida em ambiente informal entre familiares e amigos aos poucos está sendo desmistificada. Na visão de Castilho

“(…) não se acredita mais que a função da escola deve concentrar-se apenas no ensino da língua escrita, a pretexto de que o aluno já aprendeu a língua falada em casa. Ora, se essa disciplina se concentrasse mais na reflexão sobre a língua que falamos, deixando de lado a reprodução de esquemas classificatórios, logo se descobriria a importância da língua falada para a aquisição da língua escrita”. (CASTILHO, 1998, p. 13).

A absorção dessa consciência, no sentido de dar a devida importância à modalidade oral no ensino de língua, é um grande passo para entender que esse trabalho não se incube em desenvolver somente a escrita padrão conforme as normas gramaticais, mas tem a função de demonstrar para os educandos a variedade dos gêneros orais e escritos presentes no sistema linguístico que, a partir do uso, tornam-se dependentes, podendo partir do nível formal para o informal ou vice-versa, e o que irá determinar será o contexto situacional, tornando-se assim, possível desmistificar o mito da “unidade linguística” nas aulas de língua Portuguesa.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais, “Toda educação comprometida com o exercício da cidadania precisa criar condições para que o aluno possa desenvolver sua competência discursiva”. (PCNs, 1998, p. 23). Os PCNs, projeto do Ministério da Educação, auxiliam professores da rede pública a direcionar o ensino ao alcance de uma formação que amplie a capacidade comunicativa/discursiva dos discentes, conferindo-lhes habilidades cognitivas na adaptação da língua em diversas situações de interlocução, valorizando a modalidade oral e escrita de forma conjunta. Nessa perspectiva, não existe “certo” ou “errado”, mas sim, o discernimento por parte de quem se utiliza da língua falada ou escrita.

Diante desta posição, percebemos que não se trata também de menosprezar a gramática normativa no processo de ensino-aprendizagem, mas de não detê-la como única e verdadeira dentre as demais variações da língua, as quais acompanham as necessidades evolutivas e sociais do contexto histórico, refletindo, diretamente, no sistema educacional que deve utilizar-se de métodos visando organizar, na prática, atividades com o objetivo de acompanhar as novas exigências do mundo pós-moderno. No entanto, ainda é preciso melhor compreensão no trato da língua na modalidade oral, por haver certa discrepância, no sentido de como as atividades são desenvolvidas e, como deveriam ser na prática. Segundo Antunes

Uma concentração das atividades em torno dos gêneros da oralidade informal, [...] como a “conversa”, “a troca de ideias”, “a explicação para o colega vizinho”. [...], ou seja, uma generalizada falta de oportunidades de se explicar em sala de aula os padrões gerais da conversação, de se abordar a realização dos gêneros orais da comunicação pública, que pedem registros mais formais, com escolhas lexicais mais especializadas e padrões textuais mais rígidos, além do atendimento a certas convenções sociais exigidas pelas situações do “falar em público. (ANTUNES, 2003, p. 25).

Para o autor, os professores ainda fazem certa confusão no trabalho com a oralidade e, de forma inconsciente, conduzem as aulas renegando a fala ao campo da informalidade, quando na verdade, para se formar um usuário competente na comunicação de instância pública o importante é abrir espaço para os gêneros orais formais como: seminários, entrevistas profissionais, debates, apresentações teatrais entre outros, além de serem submetidos a um ensino teórico com base na realidade encontrada fora da escola, desenvolve a reflexão crítica do discente adquirindo habilidades para falar em público utilizando-se de níveis formais da língua.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Crescitelli e Reis depreendem que “seja qual for o enfoque para se analisar ou trabalhar o texto oral, em sala de aula, a decisão de todo processo deve ser feita em grupo e com a fala espontânea”. (CRESCITELLI; REIS *apud* ELIAS 2011, p. 36). O profissional da educação que queira desenvolver a capacidade discursiva nos discentes precisa amparar-se de métodos que privilegia o contexto interacional e real da sala de aula, sem deter-se a prática da transcrição e/ou recortes de textos escritos representando um dialeto qualquer encontrados nos livros didáticos.

Para os PCNs (1998) é preciso também selecionar textos escritos de qualidade sem coibir suas complexidades ao simplifica-los demais, uma vez que os escritores iniciantes os terão como inspiração para suas prováveis produções e, será oportuno oferecer-lhes uma heterogeneidade de textos no percorrer dos trabalhos escolares para o exercício da escrita e leitura reflexiva, adequando-os às práticas sociais que se dão por meio da língua e sua interação.

Sobre a prática educacional, Leite declara “Sabemos, todavia, que nenhuma técnica será eficiente, se entre aluno e professor não houver adequado entrosamento linguístico, a partir do qual a interação entre interlocutores se realiza”. (REIS, *apud* ELIAS 2011, p. 55). Adequar-se a situação comunicativa dentro da escola, não é tarefa simples, pois o ambiente exige que o professor recorra ao nível formal da língua, mas espera-se que o mesmo seja hábil para não distanciar-se do grau de formalidade da fala e escrita dos alunos sem, ao mesmo tempo, adaptar-se a este, pois, de fato, o interessante é o discente apreender outras variações por já ser detentor da língua materna própria de sua origem.

Nessa perspectiva, conclui-se que, a língua não deve ser compreendida como um fenômeno que se encerra nas formas e regras gramaticais por se consolidar na diversidade dos gêneros textuais orais e escritos os quais rodeiam nossas práticas sociais diárias sejam de instâncias público-privadas formais ou informais e, portanto, o ensino não pode analisar a escrita como superior a variante oral, nem opostas e/ou dicotômicas entre si, uma vez que ambas compõem um só sistema linguístico de relações interativas dentro de um *continuum* de variações.

CONCLUSÃO

Compreendemos que quando o indivíduo se utiliza da modalidade oral e escrita e o faz com propriedade, adequando os discursos dentre as diversas situações de uso da língua, significa que



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

este é um ser dotado de competência comunicativa. Esse entendimento fez com que estudiosos contemporâneos da área da linguística enfatizassem o quão é importante introduzir atividades envolvendo fala e escrita de maneira conjunta nas aulas de Língua Portuguesa para que esses alunos tornem-se capazes de reconhecer as marcas inerentes a cada modalidade e adequá-las ao seu contexto situacional.

Assim, o ensino não deve centrar-se no código e/ou em regras gramaticais, por este não privilegiar o texto como base das atividades interativas de forma contextualizada, nem tampouco classificar a língua oral e escrita como opostas ou dicotômicas entre si, uma vez que ambas se realizam em um só sistema linguístico dentro de um *continuum* de variações envolvendo as práticas sociais.

Portanto, cabe ao profissional da educação se qualificar e conduzir as aulas amparado por métodos e teorias que lhe deem suporte para desenvolver a capacidade comunicativa/discursiva em seus alunos, enfatizando que, não é tarefa tão simples conduzir o ensino de língua Portuguesa nessa nova perspectiva, mas que, o professor tem papel imprescindível para esta mudança.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Irandé. **Aula de português: encontro & interação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa** / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- CASTILHO, A. T. de. **A língua falada no ensino de português**. São Paulo, Contexto, 1998.
- CRESCITELLI, M.C; REIS, A.S. O ingresso do texto oral em sala de aula. In: ELIAS, V. M. (Org.) **Ensino de Língua Portuguesa: oralidade, escrita e leitura**. São Paulo: Contexto, 2011.
- FÁVERO, Leonor Lopes. ANDRADE, Maria Lúcia C.V.O. AQUINO, Zilda G. O. **Oralidade e escrita: perspectiva para o ensino de língua materna**. 8. Ed. São Paulo: Cortez 2012.
- LEITE, Marli Quadros. Interação pela linguagem: o discurso do professor. In: ELIAS, V. M. (Org.) **Ensino de Língua Portuguesa: oralidade, escrita e leitura**. São Paulo: Contexto, 2011.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Da fala para a escrita: atividade de retextualização**. São Paulo: Cortez, 2001.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

_____, Luiz Antônio. Da fala para a escrita: atividade de retextualização. In: ELIAS, V. M. (Org.) **Ensino de Língua Portuguesa: oralidade, escrita e leitura**. São Paulo: Contexto, 2011.

MOTA, Myriam B. & BRAICK, Patrícia R. **História: das Cavernas ao terceiro milênio**. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2005.